

---

***Mucuri***  
***Energética S.A.***  
***Demonstrações financeiras em***  
***31 de dezembro de 2022***  
***e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Mucuri Energética S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Mucuri Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mucuri Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Mucuri Energética S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos




Mucuri Energética S.A.

- chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de abril de 2023

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

José Vital

Signed By: JOSE VITAL PESSOA MONTEIRO FILHO 85612618468  
CPF: 85612618468  
Signing Time: 03 de abril de 2023 | 20:06 BRT



Jose Vital Pessoa Monteiro Filho  
Contador CRC 1PE016700/O-0

# Mucuri Energética S.A.

Demonstrações  
financeiras de  
31 de dezembro 2022



## Índice

BALANÇO PATRIMONIAL.....	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	6
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	6
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	9
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	18
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	20
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES .....	20
8. PARTES RELACIONADAS .....	21
9. OUTROS ATIVOS .....	21
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	21
11. IMOBILIZADO.....	22
12. INTANGÍVEL.....	22
13. FORNECEDORES.....	23
14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	23
15. TRIBUTOS A RECOLHER .....	24
16. OUTROS PASSIVOS .....	24
17. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS .....	24
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	25
19. RESULTADO POR AÇÃO .....	26
20. RECEITA LÍQUIDA .....	26
21. DESPESAS POR NATUREZA.....	27
22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO .....	27
23. RECONCILIAÇÃO DOS EFEITOS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO ..	28
24. COBERTURA DE SEGUROS.....	28
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	29

**Demonstrações Financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021 Reapresentado (Nota 2.1)
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.103	3.725
Aplicações financeiras	6	12.115	4.369
Contas a receber de clientes	7	1.975	1.794
Outros ativos	9	171	226
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>18.364</b>	<b>10.114</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos judiciais	10	69	195
Imobilizado	11	99.472	101.639
Intangível	12	7.711	7.768
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>107.252</b>	<b>109.602</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>125.616</b>	<b>119.716</b>
	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021 Reapresentado (Nota 2.1)
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	1.122	1.436
Empréstimos e financiamentos	14	4.692	5.709
Tributos a recolher	15	421	385
Outros passivos	16	328	27
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.563</b>	<b>7.557</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	22.002	26.419
Provisão para passivos judiciais	17	861	648
Outros passivos	16	12.131	13.099
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>34.994</b>	<b>40.166</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>41.557</b>	<b>47.723</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	18	183.056	183.056
Prejuízos acumulados		(98.997)	(111.063)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>84.059</b>	<b>71.993</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>125.616</b>	<b>119.716</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações Financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021 Reapresentado (Nota 2.1)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>20</b>	<b>25.682</b>	26.251
Custo dos serviços vendidos	21	(10.398)	(9.922)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>15.284</b>	16.329
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	21	(67)	(5)
Outras, líquidas	21	(375)	(5.093)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>14.842</b>	11.231
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>22</b>		
Despesas		(2.329)	(2.324)
Receitas		1.293	357
Variações monetárias, líquidas		(445)	(3.427)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>13.361</b>	5.837
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(1.295)	(976)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>12.066</b>	4.861
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
Básico	19	0,065914	(0,026737)
Diluído	19	0,065914	(0,026737)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações Financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)***DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u> Reapresentado (Nota 2.1)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>12.066</b>	4.861
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>12.066</b>	4.861

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações Financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)*



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Patrimônio líquido total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>178.056</b>	<b>(115.924)</b>	<b>62.132</b>
Resultado líquido do exercício (reapresentado – Nota 2.1)		4.861	4.861
Aumento de capital (nota 18)	5.000		5.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>183.056</b>	<b>(111.063)</b>	<b>71.993</b>
Resultado líquido do exercício		12.066	12.066
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>183.056</b>	<b>(98.997)</b>	<b>84.059</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações Financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)*

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>
		<b>Reapresentado (Nota 2.1)</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>12.066</b>	4.861
<b>Ajustes por</b>		
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	2.661	2.647
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível	352	
Rendimentos sobre aplicações financeiras (nota 22)	(1.234)	(352)
Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas (nota 22)	2.144	2.117
Variações monetárias, líquidas (nota 22)	445	3.427
Extensão da outorga (nota 12)		(7.711)
Provisão (reversão) para passivos judiciais, líquido (nota 17)	(9)	1.217
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(181)	292
Depósitos judiciais	126	2.024
Outros ativos	55	599
<b>Acréscimo (decréscimo) em passivos</b>		
Fornecedores	(314)	832
Tributos a recolher	1.137	804
Outros passivos	(890)	(18.967)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>16.358</b>	<b>(8.210)</b>
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	701	928
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 14.3)	(1.952)	(2.121)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.101)	(844)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais</b>	<b>14.006</b>	<b>(10.247)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Adições de imobilizado (nota 11)	(789)	(585)
Aplicações financeiras, líquidas	(7.213)	11.411
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>(8.002)</b>	<b>10.826</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de capital (nota 18)		5.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos (nota 14)	(5.626)	(5.616)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(5.626)</b>	<b>(616)</b>
<b>Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>378</b>	<b>(37)</b>
No início do exercício	3.725	3.762
No final do exercício	4.103	3.725
<b>Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>378</b>	<b>(37)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mucuri Energética S.A. (“Pequena Central Hidrelétrica Mucuri”, “PCH Mucuri”, “PCHM” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada a atuar como produtora independente de energia elétrica, com sede na cidade de São Paulo no estado de São Paulo e tem por objetivo a produção de energia elétrica a partir da hidrelétrica PCH Mucuri, para a exploração do potencial hidráulico com 19 megawatts de potência total instalada, no Rio Mucuri, localizado nos Municípios de Pavão e Carlos Chagas, no estado de Minas Gerais.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio da Resolução nº. 749 de 18 de dezembro de 2002, autorizou a PCH Mucuri iniciar a sua operação comercial a partir desta data. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº. 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto nº. 2.003/1996, bem como no artigo 26 da Lei nº. 9.427/1996, com a redação dada pela Lei nº. 9.648/1998.

A autorização de exploração tem vigência de 32 anos e 9 meses iniciado a partir de 18 de dezembro de 2002, que é a data da outorga da referida autorização pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela ANEEL. Através da Resolução Homologatória Nº 2.931, de 8 de setembro de 2021, a autorização de exploração passou a ter vigência até 20 de setembro de 2035, que é a data da outorga da referida autorização pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela ANEEL. A Companhia possui um contrato de venda de longo prazo no ambiente de contratação livre, com característica de compra e venda e energia incentivada.

A Companhia é controlada pela Suzano S.A. que detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social.

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pelo Diretoria Executiva da Companhia em 03 de abril de 2023.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais (“R\$”), exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.16.



## b) Demonstração do resultado

	Em 31 de dezembro de 2021		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	26.251		26.251
Custo dos serviços vendidos	(17.633)	(7.711)	(9.922)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>8.618</b>	<b>(7.711)</b>	<b>16.329</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	(5)		(5)
Outras, líquidas	(5.093)		(5.093)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>3.520</b>	<b>(7.711)</b>	<b>11.231</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Despesas	(2.324)		(2.324)
Receitas	357		357
Variações monetárias, líquidas	(3.427)		(3.427)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(1.874)</b>	<b>(7.711)</b>	<b>5.837</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Imposto de renda e contribuição social corrente	(976)		(976)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.850)</b>	<b>(7.711)</b>	<b>4.861</b>

## c) Demonstração do fluxo de caixa

	Em 31 de dezembro de 2021		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(2.850)</b>	<b>7.711</b>	<b>4.861</b>
<b>Ajustes por</b>			
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	2.647		2.647
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível			
Rendimentos sobre aplicações financeiras (nota 22)	(352)		(352)
Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas (nota 22)	2.117		2.117
Variações monetárias, líquidas (nota 22)	3.427		3.427
Extensão da outorga (nota 12)		(7.711)	(7.711)
Provisão (reversão) para passivos judiciais, líquido (nota 17)	1.217		1.217
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>			
Contas a receber de clientes	292		292
Depósitos judiciais	2.024		2.024
Outros ativos	599		599
<b>Acréscimo (decréscimo) em passivos</b>			
Fornecedores	832		832
Tributos a recolher	804		804
Outros passivos	(18.967)		(18.967)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>(8.210)</b>	<b>-</b>	<b>(8.210)</b>
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	928		928
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 14.3)	(2.121)		(2.121)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(844)		(844)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(10.247)</b>	<b>-</b>	<b>(10.247)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Adições de imobilizado (nota 11)	(585)		(585)
Aplicações financeiras, líquidas	11.411		11.411
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>10.826</b>	<b>-</b>	<b>10.826</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital (nota 18)	5.000		5.000



Pagamento de empréstimos e financiamentos (nota 14)	(5.616)		(5.616)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(616)</b>	<b>-</b>	<b>(616)</b>
<b>Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>(37)</b>
No início do exercício	3.762		3.762
No final do exercício	3.725		3.725
<b>Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>(37)</b>

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes para ambos os exercícios apresentados.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2022.

#### 3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

##### 3.1.1. **Combinação de Negócios CPC 15 – Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1º de janeiro de 2022. Permitida adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)**

As alterações atualizam o CPC 15 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25, mantendo para o comprador a aplicação do CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19 – Tributos, o comprador aplica o ICPC 19 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.2. CPC 25– Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)**

As alterações no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do “custo incremental” podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição.

A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução do CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1), que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/ especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.3. Imobilizado - CPC 27 – Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)**

No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados.

Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. O CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.4. CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)**

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.5. CPC 48– Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)**

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.6. CPC 06(R2)– Arrendamentos (data de vigência não aplicável)**

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.7. CPC 29 – Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)**

A alteração exclui a exigência no CPC 29 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo no CPC 29 às exigências no CPC 46 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

## **3.2. Políticas contábeis adotadas**

### **3.2.1 Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras.

### **3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90

dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

### **3.2.3 Instrumentos Financeiros**

#### **3.2.3.1. Classificação**

Os instrumentos são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado; e
- (ii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### **3.2.3.2. Instrumentos mensurados ao custo amortizado**

São instrumentos mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

#### **3.2.3.3. Instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras.

#### **3.2.3.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**

##### **3.2.3.4.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

### 3.2.5 Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia e quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

### 3.2.6 Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do

ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

### **3.2.7 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes**

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

### **3.2.8 Contas a pagar aos fornecedores**

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

### **3.2.9 Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

### **3.2.10 Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis e ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível,

uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

### **3.2.11 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### **3.2.12 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

### **3.2.13 Reconhecimento da receita**

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em obrigação de desempenho seja cumprida e que haja a obtenção substancial da totalidade dos benefícios econômicos pela Companhia.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Toda a energia é negociada no Ambiente de Comercialização Livre (“ACL”), sendo que a entrega da energia é formalizada nos sistemas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Integrado Nacional (“SIN”).

O volume passivo de ser negociado é dado pela garantia física, definida em 11,95 MW pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A medição contábil do volume de energia é dada pela garantia física sazonalizada, ajustada pelo Generation Scaling Factor (“GSF”), que é a razão do total de energia gerada pelo total da garantia física sazonalizada pelas usinas participantes do Mecanismos de Realocação de Energia (“MRE”).

O (“MRE”) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, e as despesas decorrentes do déficit energético entre a garantia física sazonalizada e a medição contábil resultante do MRE, quando esse déficit existir.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apresentada líquida de qualquer imposto incidentes, reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

### **3.2.14 Receitas e despesas financeiras**

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, mensurados pela taxa efetiva de juros, despesas bancárias, juros sobre empréstimos e financiamentos e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

### **3.2.15 Resultado básico e diluído por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

### **3.2.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes**

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (nota 11);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (nota 11 e 12); e
- provisão para passivos judiciais (nota 17).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

## **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **3.3.1 Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)**

As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

### **3.3.2 Alterações a CPC 26(R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)**

Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes.

### **3.3.3 Alterações à CPC 23/ IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)**

A alteração substitui a definição de “mudança de estimativa contábil” por “estimativa contábil”. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

- (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e

- (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

## 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

#### 4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez; e
- (ii) crédito.

A Administração dos riscos de liquidez e de crédito da Companhia é realizada controladora Suzano de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

#### 4.1.2 Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta de caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela alta gestão da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

					31 de dezembro de 2022	
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	1.122	1.122	1.122			
Empréstimos e financiamentos	26.694	33.713	6.445	5.134	13.736	8.398
Outros passivos	12.459	12.459	1.294	2.800	4.210	4.155
	<u>40.275</u>	<u>47.294</u>	<u>8.861</u>	<u>7.934</u>	<u>17.946</u>	<u>12.553</u>



						31 de dezembro de 2021
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	1.436	1.436	1.436			
Empréstimos e financiamentos	32.128	40.479	7.600	6.252	14.133	12.494
Outros passivos	13.126	13.126	27	13.099		
	<b>46.690</b>	<b>55.041</b>	<b>9.063</b>	<b>19.351</b>	<b>14.133</b>	<b>12.494</b>

#### 4.1.3 Administração de risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### 4.1.4 Risco hidrológico

A Companhia compõe o conjunto de usinas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e esse mecanismo, é uma forma do risco hidrológico ser compartilhado entre diversos agentes. Dessa forma, se as chuvas se concentrarem em determinada região, as regiões mais secas serão menos afetadas. Portanto, nesse mecanismo, a energia gerada por todas as usinas que compõe o MRE é dividida proporcionalmente à Garantia física de cada usina.

A Companhia possui um departamento de Energia, que efetua constantemente, o monitoramento hidrológico e também das regulamentações da ANEEL.

#### 4.1.5 Administração de risco de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

##### 4.1.5.1 Clientes

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Baixo <sup>(1)</sup>	1.975	1.794
	<b>1.975</b>	<b>1.794</b>

1) Vincendo



#### 4.1.5.2 Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.103	3.725
Aplicações financeiras	12.115	4.369
	<b>16.218</b>	<b>8.094</b>

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Classificação de risco <sup>(1)</sup></b>		
brAAA	16.218	8.094
	<b>16.218</b>	<b>8.094</b>

<sup>1)</sup> Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e bancos	4.103	3.725
	<b>4.103</b>	<b>3.725</b>

#### 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa média % a.a.	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Em moeda nacional</b>			
Fundos de investimentos <sup>(1)</sup>	101,28 % do CDI	12.115	4.369
		<b>12.115</b>	<b>4.369</b>

<sup>1)</sup> Refere-se à uma conta caução constituída para suplementar eventuais faltas de recursos da Companhia durante a fase de amortização do financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento ("BNDES") (nota 14).

#### 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Clientes no país</b>		
Terceiros	1.975	1.794
	<b>1.975</b>	<b>1.794</b>



## 7.1. Análise dos vencimentos

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valores a vencer	1.975	1.794
	<u>1.975</u>	<u>1.794</u>

## 8. PARTES RELACIONADAS

		Saldos a receber (pagar), líquido	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Transações com acionista controlador</b>	<b>Natureza</b>		
Suzano S.A.	Reembolso de despesas	(145)	(4)
		<u>(145)</u>	<u>(4)</u>
<b>Passivo</b>		(145)	(4)
Fornecedores		<u>(145)</u>	<u>(4)</u>

		Receitas (Despesas), líquidos	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Transações com acionista controlador</b>	<b>Natureza</b>		
Suzano S.	Geração e distribuição de energia elétrica	(287)	(1.398)
Suzano S.A.	Reembolso de despesas	(19)	
		<u>(306)</u>	<u>(1.398)</u>

## 9. OUTROS ATIVOS

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Estoques – manutenção e segurança	35	34
Despesas antecipadas	129	58
Preço de Liquidação das Diferenças – CCEE <sup>(1)</sup>		113
Outros ativos	7	21
	<u>171</u>	<u>226</u>

<sup>1)</sup> PLD é um valor determinado para contabilizar e liquidar as diferenças entre a energia contratada, gerada e consumida, de acordo com o Custo Marginal de Operação (“CMO”), definido pela CCEE.

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Cíveis e ambientais	14	11
Tributário	55	184
	<u>69</u>	<u>195</u>

## 11. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento (1)	Outros	Total
Taxa de depreciação média anual %		3,07	3,52		7,21	
<b>Custo</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.291	122.980	16.558	629	213	144.671
Adições			64	521		585
Transferências e outros			630	(630)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.291	122.980	17.252	520	213	145.256
Adições (1)			45	744		789
Baixas (2)			(495)		(35)	(530)
Transferências e outros			56	(122)	66	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.291	122.980	16.858	1.142	244	145.515
<b>Depreciação</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(30.038)	(10.933)		(12)	(40.983)
Adições			(2.631)		(3)	(2.634)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(30.038)	(13.564)		(15)	(43.617)
Adições (2)		(1.541)	(1.111)		(3)	(2.655)
Baixas			203		26	229
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(31.579)	(14.472)		8	(46.043)
<b>Valor residual</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.291	92.942	3.688	520	198	101.639
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.291	91.401	2.386	1.142	252	99.472

1) O saldo de obras em andamento é proveniente de investimentos realizados na usina hidrelétrica para otimização da sua operação, como relocação da área do escritório, sistema de automação e adequação das estruturas da barragem.

2) Baixas provenientes de inventário físico.

## 12. INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021 Reapresentado (nota 2.1)
<b>No início do exercício</b>	<b>7.768</b>	<b>70</b>
Adições (1) – Nota 21		7.711
Baixas	(51)	
Amortização	(6)	(13)
<b>No final do exercício</b>	<b>7.711</b>	<b>7.768</b>

1) A Companhia estava monitorando o processo relacionado a regulamentação da Lei nº 14.052 que trata da compensação, mediante prorrogação dos prazos dos contratos de autorização/concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

i) restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento, e;

ii) diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme critérios técnicos aplicados pelo poder concedente às demais usinas hidrelétricas. Em 29 de abril de 2021, a Companhia manifestou interesse em adesão aos termos de extensão da outorga de suas usinas hidrelétricas participantes do MRE de que trata a Lei nº 14.052.

Em 03 de agosto de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou a resolução homologatória Nº 2.919, cujos cálculos do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis é de 1005 dias, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública por usina participante: A Companhia registrou um ativo intangível (Nota 18) no montante de R\$7.711. Em contrapartida, reconheceu uma recuperação de custos na rubrica de energia elétrica comprada para revenda nas demonstrações do resultado (Nota 21), no mesmo montante. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão, serão ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina.



### 13. FORNECEDORES

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Em moeda nacional</b>		
Partes relacionadas (nota 8)	145	4
Terceiros	977	1.432
	<u>1.122</u>	<u>1.436</u>

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### 14.1 Abertura por modalidade

Modalidade	Indexador	Encargos anuais médios - %	Circulante		Não circulante		Total	
			31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Em moeda nacional</b>								
BNDES – Finem <sup>(1)</sup>	Fixo	3,0	1.039	2.079		1.037	1.039	3.116
BNDES – Finem <sup>(2)</sup>	TJLP	7,13	3.653	3.630	22.002	25.382	25.655	29.012
			<u>4.692</u>	<u>5.709</u>	<u>22.002</u>	<u>26.419</u>	<u>26.694</u>	<u>32.128</u>
Juros sobre financiamento			86	93			86	93
Financiamentos captados a longo prazo			4.606	5.616	22.002	26.419	26.608	32.035
			<u>4.692</u>	<u>5.709</u>	<u>22.002</u>	<u>26.419</u>	<u>26.694</u>	<u>32.128</u>

<sup>1)</sup> Caso Taxa de Juros de Longo Prazo exceda 6% a.a., a porção excedente é incluída dentro do principal e sujeita aos juros.

<sup>2)</sup> Os empréstimos e financiamentos foram constituídos com objetivo de auxiliar na construção de implantação da PCH Mucuri.

#### 14.2 Cronograma de Vencimentos

Modalidade	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
<b>Em moeda nacional</b>						
BNDES	3.568	3.568	3.568	3.568	7.730	22.002
	<u>3.568</u>	<u>3.568</u>	<u>3.568</u>	<u>3.568</u>	<u>7.730</u>	<u>22.002</u>

#### 14.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>No início do exercício</b>	<u>32.128</u>	<u>37.748</u>
Liquidação de principal	(5.626)	(5.616)
Liquidação de juros	(1.952)	(2.121)
Despesas de juros (nota 22)	2.144	2.117
<b>No fim do exercício</b>	<u>26.694</u>	<u>32.128</u>

#### 14.4 Garantias

A Companhia possui um saldo classificado como fundo de investimento, referente a um depósito em garantia constituído para suplementar eventuais faltas de recursos da Companhia durante a fase de amortização do financiamento com o BNDES. E como garantia da operação, são definidos em contrato a totalidade das ações do capital social e a totalidade



da receita proveniente de energia elétrica até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas (nota 6).

## 15. TRIBUTOS A RECOLHER

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
PIS/COFINS - operações <sup>(1)</sup>	72	74
IRPJ/CSLL <sup>(2)</sup>	282	231
INSS retido na fonte <sup>(3)</sup>	15	21
ISS <sup>(4)</sup>	36	46
Outros impostos e contribuições	16	13
	<b>421</b>	<b>385</b>

<sup>1)</sup> Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): impostos incidentes na venda de energia elétrica.

<sup>2)</sup> Imposto de Renda Pessoa Jurídica/ Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

<sup>3)</sup> Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS")

<sup>4)</sup> Imposto Sobre Serviços ("ISS").

## 16. OUTROS PASSIVOS

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Provisão diversas	328	27
Provisão TAC <sup>(1)</sup>	12.131	13.099
	<b>12.459</b>	<b>13.126</b>
<b>Circulante</b>	<b>328</b>	<b>27</b>
<b>Não circulante</b>	<b>12.131</b>	<b>13.099</b>

<sup>1)</sup> Provisão constituída para o Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") celebrado com o Ministério Público Estadual ("MPE") para elaborar um plano ambiental de conservação, um plano de recuperação de área degradada e um projeto de restauração florestal para as áreas referentes à PCH Mucuri.

## 17. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e ambientais.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais, constituída de acordo com o CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

## 17.1 Movimentação da provisão dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

Natureza do processo						31 de dezembro de 2022
	Provisão Líquida 2021	Adições	Reversões	Correção Monetária	(Depósitos Judiciais)	Provisão Líquida 2022
Cíveis e ambientais <sup>(1)</sup>	648		(9)	392	(170)	861
	<u>648</u>		<u>(9)</u>	<u>392</u>	<u>(170)</u>	<u>861</u>

<sup>1)</sup> No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 2 (dois) processos de natureza cível no total de R\$861 mil e 3 (três) processos no total de R\$ 648 mil em 31 de dezembro de 2021.

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca do ajustamento do Termo de Compromisso de Conduta do Ministério Público Federal e da ação referente a imissão de posse de uma servidão administrativa de passagem de eletroduto.

Natureza do processo						31 de dezembro de 2021
	Provisão Líquida 2021	Adições	Reversões	Correção Monetária	(Depósitos Judiciais)	Provisão Líquida 2021
Trabalhistas	1.030		(1.125)	2	93	
Cíveis e ambientais		2.342		96	(1.790)	648
	<u>1.030</u>	<u>2.342</u>	<u>(1.125)</u>	<u>98</u>	<u>(1.697)</u>	<u>648</u>

## 17.2 Saldo da provisão dos processos com risco de perda possível

Natureza dos processos	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Trabalhista <sup>(1)</sup>	23	21
Tributários e previdenciários <sup>(2)</sup>		221
<b>Total</b>	<u>23</u>	<u>242</u>

<sup>1)</sup> Refere-se a novos processos trabalhista

<sup>2)</sup> Refere-se a um processo cível encerrado em 2022.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 18.1 Capital Social

Em 23 de abril de 2021, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o aumento do capital social de R\$178.056 em 2021 para R\$183.056 em 2021, representando, portanto, aumento no capital social no valor de R\$5.000, mediante a emissão de 5.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) fixado de acordo com o artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, totalmente subscrito e integralizado na presente data, conforme boletim de subscrição que integra a presente ata na forma do Anexo I.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$183.056, dividido em 183.056.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.



## 18.2 Dividendos

O Estudo Social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é de 3% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 18.

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram distribuídos dividendos, em decorrência dos prejuízos acumulados.

## 19. RESULTADO POR AÇÃO

### 19.1 Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício e que compõem o capital social.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado atribuível aos acionistas controladores	12.066	4.861
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>183.056.000</u>	<u>181.806.000</u>
Resultado básico por ação ordinária - R\$	<u>0,065914</u>	<u>(0,026737)</u>

### 19.2 Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, bem como outros itens potenciais para fins de diluição, dessa forma, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em razão dos prejuízos apurados nos exercícios, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

## 20. RECEITA LÍQUIDA

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita bruta de vendas	<u>26.644</u>	<u>27.246</u>
Deduções		
Impostos sobre vendas	<u>(962)</u>	<u>(995)</u>
Receita líquida de vendas	<u>25.682</u>	<u>26.251</u>



## 21. DESPESAS POR NATUREZA

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Custo do serviço vendido</b>		
Custo variável <sup>(1)</sup>	(1.724)	(9.883)
Serviços de terceiros	(4.526)	(2.711)
Depreciação e amortização	(2.661)	(2.647)
Gastos com energia - CCEE	(1.487)	(2.392)
Extensão de Outorga <sup>(2)</sup> – Nota 12		7.711
	<u>(10.398)</u>	<u>(9.922)</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Outros	(67)	(5)
	<u>(67)</u>	<u>(5)</u>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Provisões cíveis <sup>(3)</sup>		(1.500)
Provisão complementar da (“TAC”) <sup>(4)</sup>		(3.578)
Demais despesas	(375)	(15)
	<u>(375)</u>	<u>(5.093)</u>

1) Inclui custos com consumo de materiais e gastos com energia elétrica, etc.

2) Extensão da outorga, vide maiores detalhes na Nota 12

3) Refere-se a novos processos cíveis

4) Refere-se a complemento da provisão (“TAC”), conforme detalhado na Nota 16

## 22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	1.234	352
Outras receitas financeiras	59	5
	<u>1.293</u>	<u>357</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.144)	(2.117)
Juros passivos		(57)
Despesas bancárias	(174)	(146)
Outras despesas financeiras	(11)	(4)
	<u>(2.329)</u>	<u>(2.324)</u>
<b>Variações monetárias , líquidas</b>		
Empréstimos e financiamentos	(26)	
Ativos e passivos	(419)	(3.496)
	<u>(445)</u>	<u>(3.496)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(1.481)</u>	<u>(5.394)</u>

## 23. RECONCILIAÇÃO DOS EFEITOS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita bruta de vendas	<u>26.644</u>	27.769
Presunção imposto de renda – 8% (a)	2.132	2.222
Presunção contribuição social – 12% (b)	3.197	3.332
Demais receitas e ganhos de capital (c)	1.465	426
Base de Cálculo - IRPJ (a) + (c)	<u>3.597</u>	<u>2.648</u>
Imposto de renda: 15%	539	397
Adicional do imposto de renda: 10%	336	241
Total de IRPJ (i)	<u>875</u>	<u>638</u>
Base de Cálculo – CSLL (b) + (c)	4.662	3.758
Contribuição social: 9%	420	338
Total de CSLL (ii)	<u>420</u>	<u>338</u>
Imposto de renda e contribuição social (i) + (ii)	<u>1.295</u>	<u>976</u>

<sup>1)</sup> Artigo 587 do Decreto nº 9.580 de 22 de Novembro de 2018, A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$78.000 ou a R\$6.500 multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Lei nº 9.718/ 1998, art. 13, caput, Decreto nº 9.580/2018).

## 24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguro da Suzano S.A., para as apólices de Risco Operacional, com limite máximo para indenização de US\$1.000.000 equivalente a R\$ 5.217.700, com vigência até outubro de 2023 e de D&O, responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral, apólice própria, no montante de R\$ 10.000 com vigência até junho de 2024.

A Administração da Companhia considera esses valores suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos nossos auditores independentes.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 19 de fevereiro de 2018, foi concluída a operação com a Queiroz Galvão Energia S.A. com a aquisição da totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A. ("PCH Mucuri", "PCHM" ou "Companhia"), que detém uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão, em Minas Gerais.

A PCHM foi criada em 2007, e teve início de operação comercial em 2013. Sua atividade principal é a geração de energia elétrica.

A Companhia não tem colaboradores diretos.

Em 2022 a PCHM gerou um total 56.807,43 MWh, ou seja, 58% a mais do que em 2021, nos quais foram gerados 35.918,59MWh ano em que o Brasil vivenciou uma das maiores crises hídricas da sua história. Em 2022 as afluições retomaram valores próximos ao histórico da região.

Em 2022, a receita líquida obtida com as vendas de energia elétrica totalizou R\$25.682 mil, 2% inferior em relação a registrada em 2021, de R\$26.251 mil.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### Resultados

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

### Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2022 foi de R\$25.682 mil, 2% inferior à receita líquida registrada em 2021, de R\$26.251 mil, devido à redução nas operações de compra e O GSF não tem relação com a redução de despesas nem da receita. A redução das despesas já foi explicada acima. O GSF estava sendo provisionado, então a quitação pela PCHM não teve efeito em resultado. Apenas a contabilização do efeito da extensão da outorga que teve um efeito positivo.

A redução da receita foi acompanhada de uma redução nas despesas com aquisição de energia em maior proporção, impactando o CSV.

### Custo dos Serviços Vendidos ("CSV")

O custo dos serviços vendidos em 2022 totalizou R\$10.398 mil, 5% superior ao registrado em 2021, de R\$9.922 mil. O principal fator foi a redução dos custos com compra de energia, decorrente da maior geração, em virtude da melhora das afluições. Adicionalmente o montante de R\$ 7.711 mil foi registrado como redutor do CSV em 2021 e refere-se a extensão do prazo de outorga em 1005 dias, do qual foi concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica "ANEEL".

### Lucro Bruto

O aumento do lucro bruto de R\$15.284 mil em 2022 contra R\$16.329 mil em 2021 é explicado pelo resultado operacional acima exposto.

### Despesas Administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$67 mil em 2022, superior ao montante registrado em 2021 de R\$5 mil. Este aumento deriva, principalmente da contratação de serviços externos para a área de engenharia.

### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$1.481 mil em 2022, comparado ao resultado negativo de R\$5.394 mil em 2021. Esse resultado reflete a redução na atualização monetária em 2022 e aumento do reconhecimento do rendimento das aplicações financeiras.

### Resultado Líquido do exercício

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou lucro líquido de R\$12.066 mil em 2022, em comparação ao lucro líquido de R\$4.861 mil do ano anterior.

### Endividamento

O endividamento era de R\$26.694 mil em 2022, 17% inferior ao montante registrado em 2021 de R\$32.128 mil. Dos quais 82% dos vencimentos no longo prazo e 18% no curto prazo. A dívida é em moeda local e a diminuição da dívida bruta deriva das liquidações das parcelas mensais dos empréstimos e financiamentos efetuadas no período.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi positivo em R\$ 16.218 em 2022 e apresentou um aumento de 100% comparado a R\$8.094 mil em 2021. Dos quais 100% estavam aplicados em fundo exclusivo que aloca recursos em instrumentos de renda fixa que são diversificados entre títulos públicos de instituições financeiras privadas e o restante estava aplicado em investimentos de curto prazo no exterior.

### DIVIDENDOS

Em 2022 a Companhia apresentou lucro do exercício no montante de R\$ 12.066, entretanto a Companhia apresenta prejuízos acumulados de anos anteriores, desta forma, os lucros foram absorvidos pelos prejuízos.

### RATING

Ao longo de 2022, a PCHM manteve o *rating* Grau de Investimento (brAAA) na *escala global pela Standard and Poor's e pela Fitch Ratings* para a maioria dos seus investimentos financeiros.

### SUSTENTABILIDADE

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

### GOVERNANÇA

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

### AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.

### PESSOAS

A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 45AF33683DA745F682F045696964CF93 Status: Completed
Subject: Complete com a DocuSign: MUCURI22.DEZ.pdf, 2022-12-DFP 2020-PT\_BOVESPA\_PCHM\_V5\_Final.docx
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Outros
Source Envelope:
Document Pages: 36 Signatures: 1 Envelope Originator:
Certificate Pages: 2 Initials: 0 KAIQUE DE O. F. SILVA
AutoNav: Enabled Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água
Enveloped Stamping: Enabled Branca
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia São Paulo, SP 05001-100
kaique.silva@pwc.com
IP Address: 18.231.224.80

Record Tracking

Status: Original Holder: KAIQUE DE O. F. SILVA Location: DocuSign
03 April 2023 | 18:26 kaique.silva@pwc.com
Status: Original Holder: CEDOC Brasil Location: DocuSign
03 April 2023 | 20:06 BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team
@pwc.com

Signer Events

José Vital
jose.vital@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:
José Vital
11718CBA9C944B5...
Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 54.94.244.235

Timestamp

Sent: 03 April 2023 | 18:31
Viewed: 03 April 2023 | 20:05
Signed: 03 April 2023 | 20:06

In Person Signer Events Signature Timestamp

Editor Delivery Events Status Timestamp

Agent Delivery Events Status Timestamp

Intermediary Delivery Events Status Timestamp

Certified Delivery Events Status Timestamp

Carbon Copy Events Status Timestamp

Alessandra Arakaki
alessandra.arakaki@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign
COPIED
Sent: 03 April 2023 | 18:31

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
KAIQUE DE O. F. SILVA kaique.silva@pwc.com Manager PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. Security Level: Email, Account Authentication (None)	<div style="border: 2px solid blue; padding: 5px; display: inline-block;"> <b>COPIED</b> </div>	Sent: 03 April 2023   20:06 Viewed: 03 April 2023   20:06 Signed: 03 April 2023   20:06
<b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	03 April 2023   18:31
Certified Delivered	Security Checked	03 April 2023   20:05
Signing Complete	Security Checked	03 April 2023   20:06
Completed	Security Checked	03 April 2023   20:06

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------